

O MODELO BARCELONA: UM EXAME CRÍTICO¹

PATRÍCIA ABRANTES²

O *Modelo Barcelona* constituiu um marco fundamental no urbanismo de finais do século XX, seduzindo técnicos e políticos um pouco por todo o Mundo. Tal foi o seu sucesso que foi replicado em algumas cidades, com destaque para as latino-americanas. Entende-se por *Modelo Barcelona* o conjunto de intervenções de reestruturação urbana realizadas a partir dos anos 80 na cidade de Barcelona, com recurso ao planeamento estratégico e operacional e à gestão público-privada, numa perspectiva de desenvolvimento social e económico da cidade.

O livro *El modelo Barcelona: un examen crítico* do conceituado geógrafo espanhol Horacio Capel é o resultado aprofundado da investigação apresentada pelo autor em 2004 no *Décimo Colóquio Internacional sobre Arquitectura y Patrimonio*. Tendo como pano de fundo um colóquio sobre arquitectura e património, o autor não perdeu uma oportunidade, volvidos cerca de 25 anos do início do *Modelo Barcelona*, de reflectir sobre os seus aspectos positivos e, sobretudo, sobre as suas fragilidades, evidenciadas progressivamente a partir da aprovação da candidatura aos Jogos Olímpicos, em 1986. Através de um “olhar” experiente sobre o urbanismo produzido na cidade, com especial destaque para as obras mais recentes de regeneração e reabilitação da *Ciutat Vella* e de reconversão industrial do *Poblenou*, o autor questiona o modelo na sua componente urbanística, focando questões de estruturação espacial, social e institucional, oferecendo ao leitor os elementos necessários para reflexão. A análise do autor é enriquecida com a selecção de um conjunto de fotografias reveladoras das subtilezas espaciais, sociais e políticas do urbanismo praticado.

Os primeiros cinco capítulos enquadram as condições que conduziram ao desenvolvimento do modelo. A cidade do início de 80 revelava profundas carências de habitação e de equipamento social decorrentes da crise económico-industrial, que se vinha prolongando desde 1973, e de uma população numerosa, resultante dos fluxos migratórios das décadas anteriores. Findo o período franquista, numa época de forte reivindicação social, a cidade inicia uma política de resolução das suas carências mas, sem os meios financeiros necessários para produzir nova habitação, aposta na conservação e reutilização do espaço construído com projectos urbanos de pequena escala ao nível dos

¹ Capel H (2005) *El modelo de Barcelona*. Ediciones del Serbal, Barcelona.

² Investigadora Auxiliar do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. E-mail: patricia.abrantes@campus.ul.pt

edifícios e do espaço público, tentando tocar todos os bairros da cidade, centrais e periféricos (capítulo 2). Solucionadas estas carências e com a progressiva estabilização económico-financeira, a que não é alheia a adesão à Comunidade Europeia em 1986, com a globalização da economia e a consequente necessidade de inserção das cidades no sistemas urbanos mundiais, Barcelona aposta num conjunto de estratégias para promover a sua atractividade internacional. A aprovação da candidatura aos Jogos Olímpicos em 1986 estimula projectos urbanos complexos e de grande alcance, com a indispensável participação da iniciativa privada (capítulo 3). O designado *Modelo Barcelona* tornou-se possível devido a um conjunto de particularidades políticas, sociais económicas e intelectuais. Na óptica do autor, torna-se excessivo intitular um processo com condições tão específicas de “modelo” e replicá-lo a outras cidades (capítulo 4 e 5). Cada cidade tem especificidades próprias, merecendo ser planeada localmente, pelo que *no hay modelos, pero si enseñanzas útiles* (Capel, 2005: 25).

Nos restantes capítulos o autor discute os vários conteúdos do modelo. A promoção de equipamentos urbanos e culturais de escala internacional, alguns com recurso à assinatura de arquitectos de renome (e.g. *Macba, Fórum das Culturas*) e a aposta na construção de uma cidade virada para a tecnologia e inovação e para a diversidade sócio-económica (e.g. *22@Barcelona, Villa Olímpica, Diagonal-Mar*), trouxe grandes benefícios – mais turismo, mais empresas, mais habitantes — mas também revelou fortes debilidades (capítulo 6).

No plano da estruturação espacial, o *Modelo Barcelona* é promovido como um modelo de cidade compacta (capítulo 7), apoiando-se em conceitos como reabilitação, requalificação, regeneração, novas centralidades, densidade. Contudo, a atracção de pessoas e actividades desenvolve-se de forma dispersa, impulsionada por proprietários rurais, promotores imobiliários e autoridades municipais. Neste sentido, o modelo de cidade compacta, concorre com o de cidade dispersa à escala metropolitana. À escala urbana, é questionado o paradigma de cidade compacta perpetuado pelo *Modelo Barcelona*. De facto, por força da especulação imobiliária, o modelo de cidade compacta faz-se em prejuízo dos espaços verdes, alguns semi-privatizados e outros condicionados a espaços exíguos (capítulo 8) bem como à custa do congestionamento de tráfego (capítulo 9) e da verticalização de edifícios (capítulo 13), mesmo, em áreas onde o que se propunha uma abertura para o Mar (e.g. *Diagonal-Mar*).

Na esfera social o modelo também tem sido posto à prova. Os grandes projectos de reabilitação urbana da *Ciutat Vella* e de reconversão industrial do *Poblenou* fazem-se em prejuízo das classes mais populares que, pelo preço elevado da habitação, deixam de conseguir aceder às áreas que outrora habitavam (Capítulo 10). A *Villa Olímpica* e a *Diagonal-Mar* no bairro do *Poblenou* são exemplos reveladores de situações sócio-espaciais conflituosas, defraudando os objectivos preconizados de diversidade socioeconómica.

No domínio técnico-institucional, são também apontadas sérias críticas. O desenvolvimento de parcerias público-privadas na realização e gestão de projectos urbanos contribuiu para o incremento de uma perspectiva economicista, voltada para a especulação imobiliária (capítulo 11) onde *no siempre la negociación puede ser bien realizada, lo que con frecuencia repercute en beneficio de los intereses privados, que han obtenido tradicionalmente importantes rentas de la ciudad* (p. 57). Às parcerias público-privadas junta-se o papel de técnicos e políticos (capítulo 14) e a ruptura com o planeamento urbano (capítulo 16). Assim, por um lado, o recurso sistemático a arquitectos e engenheiros, em detrimento de equipas pluridisciplinares, tem vindo a contribuir, em certos

casos, para uma insensibilidade social e falta de visão do conjunto urbano. *De la impresión de que la obsesión de los arquitectos por hacer obra nueva y por dejar su sello personal, unido a una falta de sensibilidad histórica o a la simple incultura, les lleva mucha veces a una total desvalorización del patrimonio existente* (p. 68). Por outro lado, não tem havido vontade de rever e utilizar os instrumentos normativos de actuação urbana e metropolitana de forma mais exaustiva e articulada, procurando integrar uma visão de conjunto. Em todo este processo perdeu-se a capacidade de diálogo entre técnicos, políticos e população, pelo que o autor conclui dizendo que é importante que Barcelona volte a *poner a los políticos y a los técnicos verdaderamente al servicio de los ciudadanos, de sus aspiraciones y de sus necesidades* (p. 106).

O *Modelo Barcelona* construiu parte importante do que é hoje Barcelona cidade e metrópole. Contudo, de um modelo com manifesta componente social, passou-se para um modelo que sobreleva a visão económica. O ponto de ruptura parece ser a aprovação da candidatura aos Jogos Olímpicos em 1986, construindo-se progressivamente uma cidade voltada para o exterior, em detrimento dos seus habitantes. Se não há modelos, há ensinamentos úteis, e de facto a análise crítica do autor conduz a uma reflexão sobre o ordenamento que se pretende para outras metrópoles. Duas questões sobressaem no desenvolvimento de um urbanismo voltado para o projecto urbano. Por um lado, a questão da participação pública. Impõe-se uma reflexão sobre como deverá ser considerada a participação do cidadão num processo que, cada vez mais, promove a gestão público-privada e a perspectiva económica. Por outro lado, a questão da escala. O urbanismo operacional faz-se sem uma visão de conjunto à escala alargada, impondo-se uma importante reflexão sobre as incidências de tais intervenções, da escala urbana à metropolitana.